Artigo de Revisão

A RESILIÊNCIA NOSSA DE CADA DIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Ana Olívia de Oliveira Marinho (1)

Túlio Sugette de Aguiar (2)

Juliana de Freitas Vasconcelos (3)

Raimundo Rodrygo de Sousa Nogueira Leite (4)

Apesar da resiliência ser um conceito recente, pesquisadores sempre insistiram em conhecer histórias de pessoas expostas à difíceis experiências sociais e pessoais. Em alguns casos, apesar das adversidades comprovadas em variadas épocas do desenvolvimento, havia sempre a possibilidade de uma mudança de curso, de uma cura e progresso, ao menos para alguns indivíduos (COWAN, COWAN, & SHULTZ, 1996). Ou seja, as condições hostis não resultavam, necessariamente, em problemas de ordem psíquica ou comportamental. Estudo realizado por Werner e Smith (1982), foram acompanhadas longitudinalmente 72 crianças com histórico de quatro ou mais fatores de risco: pobreza, baixa escolaridade dos pais, estresse perinatal ou baixo peso no nascimento, ou ainda a presença de deficiências físicas. Os resultados desse estudo apontaram para o fato surpreendente de nenhuma das crianças apresentar qualquer problema de aprendizagem ou de comportamento durante os anos nos quais foram acompanhadas pelos pesquisadores. São realidades que foram interpretadas como um indicativo eloquente de uma boa adaptação. Há ainda outras constatações, feitas em clínicas psicológicas, do fato de crianças que, por exemplo, sofreram maus-tratos e abusos diversos e que não apresentaram um quadro de conseqüências negativas, apontado pela literatura especializada (JUNQUEIRA E DESLANDES, 2003).

O fenômeno da resiliência tem intrigado muitos, porém ainda é um conceito em construção. De acordo com Yunes e Szymanski (2001), no Dicionário de Língua Portuguesa Novo Aurélio, apresenta como primeira definição do conceito, como resistência de materiais. No Dicionário de Língua Inglesa, já se tem um conceito mais próximo a um significado psicológico, como habilidade de voltar rapidamente para o estado usual de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades, etc. Tais diferenças evidenciam um maior amadurecimento estrangeiro em tratar com a temática.

A resiliência, como um construto psicológico, passou de uma idéia de resistência absoluta ao estresse a uma idéia de resistência relativa, cujas bases são tanto constitucionais como ambientais, variando de acordo com as circunstâncias e a época de vida (RUTTER, 1985). As pesquisas pioneiras em resiliência centravam o foco no indivíduo, isto é, definiam resiliência como uma variação individual em resposta ao risco, estando essa variação intimamente relacionada aos componentes psicológicos constitutivos de cada um, como se algo interno determinasse uma resposta resiliente ou não. A pesquisa atual em resiliência tem se desenvolvido a partir do

enfoque do funcionamento adaptativo em presença de riscos experienciados, considerando tanto as dimensões positivas, do comportamento e de seus preditores, como as dimensões negativas. Para Luthar e Zelazo (2003), uma das vantagens desse enfoque nos aspectos positivos é a possibilidade de considerar a força de grupos, usualmente pensados em função de seus problemas e falhas. Da mesma forma, essa abordagem inclusiva, segundo os mesmos autores, cria mais estratégias inovadoras de intervenção, na medida em que os objetivos destas refletem algum conhecimento das forças transformadoras presentes nesses grupos, ao invés de simplesmente tentar suprir as faltas ali encontradas.

No entanto, as pesquisas que optam por trabalhar a partir do paradigma da resiliência enfrentam alguns problemas. As autoras Junqueira e Deslandes (2003) apontam para a possibilidade de a resiliência sugerir uma conformidade com a violência ou ainda uma perspectiva individualista de se lidar com os problemas. Luthar e Zelazo (2003), sobre essa questão, comentam que o conceito de resiliência pode fomentar visões culpabilizadoras da vítima. Se o termo resiliência é construído como uma representação de um traço pessoal que leva alguns adolescentes em risco, por exemplo, a conseguirem sucesso na vida, o efeito contrário é tornar aqueles que não obtiverem tal sucesso pessoalmente responsáveis pelos seus problemas. O erro dessa inferência, segundo Luthar e Zelazo (2003), é que as trajetórias de resiliência são fortemente influenciadas por processos que nascem na família e no ambiente ao redor.

Da mesma forma, o termo adaptação positiva, pelo qual se tenta – junto com o risco – operacionalizar o conceito de resiliência, não tem, nesse paradigma, um sentido passivo, de conformidade às regras ou de supressão de um trauma pela consciência. Devolvendo ao termo a perspectiva dialética que Piaget (1936/1970) lhe confere, pode-se dizer que adaptação positiva tem um sentido ativo. Assim, o indivíduo assimila características do ambiente e, nesse mesmo ato de assimilar, já o modifica, produzindo, em seguida, uma resposta que transformará as características do próprio ambiente. Ao se falar, portanto, em superação de um trauma, aponta-se para um caminho que abre a possibilidade de um novo olhar, uma re-significação do problema que, entretanto, não o elimina, pois este continua constituindo parte da história do sujeito (JUNQUEIRA E DESLANDES, 2003).

A definição clara e inequívoca do conceito de resiliência como processo, e não como um traço de personalidade, evita, em grande parte, os erros mais comuns de interpretação. Kalawski e Haz (2003) chamam atenção, ainda, para o uso do conceito de resiliência em dois sentidos distintos, e num único momento, gerando leituras confusas. Assim, tem-se o conceito de resiliência ora como uma relação entre os fatores de risco e a saúde, ora como um conjunto de variáveis que moderam o efeito dos fatores de risco. Segundo estes autores, a resiliência não é uma variável psicológica em si mesma, mas um conceito que somente pode se dimensionar de acordo com sua relação com o risco, a qual se define em um estudo particular. As variáveis psicológicas seriam os fatores ou mecanismos que explicariam a resiliência. Yunes (2003) também alerta para os diferentes discursos utilizados no estudo da resiliência, destacando que, apesar de manter suas considerações no indivíduo, a resiliência não é uma característica ou traço individual, mas que processos psicológicos devem ser cuidadosamente examinados. Assim, a resiliência pode apresentar diferentes formas em diferentes contextos, assim como acontece com o conceito de risco, sendo necessário, portanto, ser entendida como um processo.

Luthar (1993) sugeriu que a pesquisa em resiliência deveria enfocar três tipos distintos de resiliência: acadêmica, emocional e social. Algumas pessoas podem ser mais ou menos resilientes em cada uma delas, e alterar sua resiliência se as circunstâncias forem diferentes.

A resiliência acadêmica refere-se às habilidades de resolução de problemas e à aprendizagem de novas estratégias cognitivas; a resiliência emocional, às experiências que promovem a auto-estima, ao senso de auto-eficácia, à capacidade para lidar com mudanças e adaptações, e a um repertório amplo de abordagens para solução de problemas; a resiliência social aparece, principalmente, quando o adolescente desenvolve um senso de pertencimento a seu grupo, o que aumenta sua motivação para a tarefa e a melhoria no desenvolvimento (HUTZ, KOLLER, e BANDEIRA, 1996).

A resiliência social, ainda, implica o não envolvimento em delinquência, o ter um grupo de amigos, relacionamentos íntimos, observação de modelos pró-sociais, entre outros aspectos (RUTTER, 1993). Segundo Hutz, Koller e Bandeira (1996), pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua são ilustrativas de que o fracasso escolar não impede alta resiliência social ou emocional.

Essa divisão da resiliência em dimensões levanta alguns questionamentos. Quando se fala em processo, como subdividi-lo em partes? A própria concepção de processo não traria uma idéia de totalidade que lhe é inerente? Um estudo de Luthar e Zigler (1991) mostra que crianças submetidas a alto nível de estresse possuíam bons níveis de competência social e comportamental. No entanto, essas mesmas crianças apresentavam altos níveis de ansiedade e depressão, comparáveis aos níveis de crianças menos adaptadas comportamentalmente. Kalawski e Haz (2003) comentam que, se existisse um só mecanismo que explicasse os bons desempenhos apesar da adversidade, essa discrepância não existiria. Tais diferenças são compatíveis, segundo estes autores, com a distinção entre sintomas externalizantes, orientados para a ação, e internalizantes, orientados ao pensamento e à emoção. Uma solução seria considerar medidas de resultado mais amplas, que incluíssem os sintomas internalizantes e externalizantes. Assim, as crianças que apresentassem alta competência social, mas acusassem ansiedade, não estariam em processo de resiliência, e somente aquelas que demonstrassem saúde mental global poderiam ser consideradas incluídas em tal processo. Kalawski e Haz (2003), no entanto, ponderam que, se os mecanismos que levam aos sintomas externalizantes são diferentes daqueles que levam aos sintomas internalizantes, seria conveniente, então, estudar ambas as resiliências em separado. Luthar e Zelazo (2003) salientam a importância de os pesquisadores apontarem explicitamente, em seus estudos, que o sucesso em um domínio particular não pode ser generalizado para outras importantes esferas.

Dessa forma, ainda que se refira a um processo único, a resiliência concerne a dimensões do ser humano que não apresentam exatamente os mesmos mecanismos nem convivem de forma harmônica, em todas as situações. Pelo contrário, o comportamento de crianças e seu funcionamento intelectual representam duas áreas distintas do desenvolvimento (COHEN, MOFFITT, CASPI, E TAYLOR, 2004). Englobá-las, portanto, em uma única dimensão seria muito mais uma simplificação do conceito de resiliência do que uma obediência ao sentido de processo. Se a resiliência é considerada como um processo, é porque o modo pelo qual ela se dá é particular e envolve uma configuração de fatores que se inter-relacionam. Por menos, no entanto, que se possa isolar os fatores dessa configuração e fazer uma relação de causa e efeito entre eles, as configurações são, elas mesmas, específicas e apontam para resultados específicos. Esse é um dos motivos pelos quais pode-se considerar, em processo de resiliência, adolescentes que têm desempenho acadêmico pífio enquanto possuem altas habilidades sociais.

Um outro aspecto atual do conceito de resiliência refere-se às pesquisas que investigam os indicadores genéticos/biológicos do comportamento. A pesquisa de Cohen e colaboradores (2004) apontou que a resiliência à privação sócio-econômica é, em parte, hereditária e que fatores protetivos têm tanto elementos ambientais como

genéticos. Assim, os pais que são calorosos e cuidadosos com seus filhos devem também transmitir genes que promovem uma boa regulação comportamental e menos comportamentos anti-sociais. As implicações desse estudo sugerem que múltiplos genes devem operar no modo pelo qual a criança reage ao infortúnio, através, por exemplo, de mecanismos cognitivos, tais como o reconhecimento de emoções. Luthar e Zelazo (2003) relatam haver vários achados empíricos indicando que experiências sociais e psicológicas podem propiciar mudanças em conexões neuronais tanto quanto os genes, e que estes, por seu turno, podem ser decisivos para manter comportamentos anômalos provocados por estresses da vida. Rutter (2003) apresentou um estudo que indicava ser o risco de desenvolver depressão após um evento estressor maior entre aqueles com risco genético, sugerindo que fatores genéticos influem, em parte, na sensibilidade aos estressores ambientais. Este autor considera, ainda, que os dados dos estudos atuais sobre o assunto são esparsos, dificultando conclusões sobre o papel dos fatores genéticos na resistência a riscos psicopatológicos associados com estressores ambientais, ou sobre o papel de variáveis psicossociais na resistência ao risco genético. No entanto, ressalta que os achados são consistentes em indicar a ligação entre ambos os tipos de mecanismos.

Ainda que estes aspectos genéticos não sejam considerados particularmente, é importante não perdê-los de vista, pois o processo de resiliência ressalta, sobretudo, a pessoa no emaranhado de relações mútuas que ela estabelece com outras pessoas, objetos e símbolos de seu meio. Estas relações podem ser explicadas pelo Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1999; BRONFENBRENNER e EVANS, 2000; BRONFENBRENNER e MORRIS, 1998), no qual os processos têm uma posição central. Assim sendo, as diferentes formas de interação entre as pessoas não mais são vistas apenas como função do ambiente, mas como função do processo, definido em termos da relação entre o ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento. O novo Modelo Bioecológico propõe, então, que o desenvolvimento humano seja estudado através da interação sinérgica de quatro núcleos inter-relacionados: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo (NARVAZ e KOLLER, 2004). E pessoa, segundo a abordagem bioecológica, é um organismo biopsicológico humano ativo e contextualizado, com tudo o que traz de herança genética, linguagem, cultura e construção. Nessa perspectiva, o desenvolvimento também está relacionado com a estabilidade e a mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante o ciclo vital (BRONFENBRENNER e MORRIS, 1998).

Resiliência e Coping

Existe uma série de outros conceitos que estão muito intimamente relacionados à Resiliência e que em alguns casos podem ser confundidos com o primeiro. Dentre eles o conceito de *coping*. Para podermos entender o conceito de *coping*, vejamos algo sobre a definição de estresse.

Segundo Yunes e Szymanski (2001), Hans Selye, em 1936, foi o primeiro a introduzir o conceito de estresse nas ciências humanas, definindo-o como uma resposta específica do corpo a uma exigência do meio. O conceito de estresse tem um componente claramente subjetivo, pois depende da percepção que o indivíduo tem de uma situação e da sua interpretação do evento estressor. Há, ainda, um componente dinâmico, implicado na relação entre o indivíduo e o seu ambiente, que torna o estresse mais bem descrito como um processo. Por outro lado, essa relação com o ambiente e os eventos da vida dá ao estresse uma condição transitória. Em um pólo diametralmente oposto está o *coping*.

Pode-se definir *coping* como um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais empreendidos com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas ou externas, que surgem em situação de estresse e são avaliadas como sobrecarregando ou excedendo os recursos pessoais (DELL'AGLIO, 2000). Assim, *coping* seria uma resposta que poderia funcionar como moderadora dos efeitos negativos do estresse, integrando os processos de resiliência do indivíduo.

Resultados de pesquisas contemporâneas sugerem que crianças e adolescentes podem apresentar processos resilientes, ao enfrentarem eventos de vida negativos, em função da qualidade de suas estratégias de *coping* e de características de personalidade (BOEKAERTS, 1996; DELL'AGLIO, 2000).

Um outro conceito correlacionado que precisa ser esclarecido é o conceito de risco. Segundo Yunes e Szymanski (2001), fatores de risco relacionam-se com todo tipo de eventos negativos da vida que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais. Luthar e Zigler (1991) sugerem não haver um critério definitivo pelo qual uma variável particular possa ser investigada como um fator de risco, fator de proteção ou meramente uma medida relacionada ao resultado em questão. Isso porque uma variável que proteja contra o estresse pode também se constituir em fator de risco. Considerando essa particularidade, Rutter (1993) afirmou a necessidade de fazer a distinção entre indicadores de risco e mecanismos de risco. O indicador de risco aponta a existência de um evento potencialmente estressor, enquanto o mecanismo de risco desenvolve-se como processo, não sendo uma variável isolada em si mesma. Por outro lado, um evento potencialmente estressor tem impactos diferenciados a depender de cada pessoa e, na mesma pessoa, esse impacto varia em função dos distintos momentos de sua vida. Assim, um evento indicador de risco pode não se constituir como tal. Para que o risco se consume, é preciso que haja uma interação particular de eventos anteriores e posteriores ao evento-chave indicador de risco, e essa interação incide em uma dada pessoa, num dado momento. Outra perspectiva sobre essa questão é aberta por Luthar (1993), quando esta faz uma distinção entre dois níveis de risco: o risco distal, que não é diretamente experienciado pela pessoa, como, por exemplo, o *status* socioeconômico; e o risco proximal, que se refere às variáveis mediadoras, como, por exemplo, cuidados familiares deficientes ou conflito entre os pais.

Luthar e Zelazo (2003) comentam que uma limitação metodológica comum nos estudos de resiliência é a falta de precisão na medição do risco. Crianças em circunstâncias de vida negativas particulares são tratadas como um grupo homogêneo, a despeito de possíveis graus de variação dos processos de risco que afetam as suas vidas. Há mérito, portanto, segundo as autoras, em continuamente refinar-se as medidas de abordagem, de tal forma que, com o tempo, elas se tornem mais precisamente quantificáveis. Não obstante, também salientam a importância de estudos que tratam a adversidade da vida como um index global para aferir altas possibilidades de desajuste.

A relação entre risco e resiliência implica, segundo Rutter (1993), três aspectos primordiais. Primeiro, a resiliência não está no fato de se evitar experiências de risco e, com isso, apresentar-se características saudáveis ou ter boas experiências. Segundo, fatores de risco podem operar de diferentes maneiras, em diferentes períodos do desenvolvimento. Terceiro, é necessário focar os mecanismos de risco e não os fatores de risco, pois o que é risco para uma determinada situação pode ser proteção para outra. Cowan, Cowan e Shultz (1996) definem resiliência como um processo que atua na presença de risco para produzir resultados tão bons ou melhores do que aqueles obtidos na ausência de risco. A resiliência está, portanto, intrinsecamente relacionada ao risco. Rutter (1987) afirma que a resiliência resulta da convergência de processos de proteção que não eliminam o risco, mas encorajam o indivíduo a se engajar efetivamente na situação de risco.

Outro conceito importante envolvendo a resiliência é o de vulnerabilidade. Utiliza-se o termo vulnerabilidade para definir as suscetibilidades psicológicas individuais que aumentam a probabilidade de um resultado negativo ou indesejável na presença do risco (COWAN, COWAN, E SHULTZ, 1996). Vulnerabilidade não se refere somente à predisposição genética ou a fatores constitucionais, mas também a condições, tais como: baixa auto-estima, traços de personalidade e distúrbios psíquicos. Condições externas podem também levar à vulnerabilidade. Assim, por exemplo, práticas educativas familiares ineficazes podem aumentar a agressividade de crianças expostas a algum evento estressor. O critério para definir vulnerabilidade situa-se no padrão de relações funcionais. Ou seja, se o fator de risco está relacionado diretamente a uma resposta negativa, a vulnerabilidade, por si mesma, não a provoca, mas, na presença do risco, tende a potencializá-la. Portanto, a vulnerabilidade conta apenas numa relação funcional com os fatores de risco.

Por outro lado, precisam também ser considerados os fatores de proteção ou *buffers*: enquanto a vulnerabilidade exacerba os efeitos das condições adversas, os fatores de proteção os amortecem. De acordo com a definição de Rutter (1985), fatores de proteção referem-se a influências que favorecem respostas pessoais positivas a determinados riscos de inadaptção. Esse mesmo autor reitera que proteção não é uma “química de momento”, mas está ligada à maneira como a pessoa lida com as transições e mudanças de sua vida, ao sentido que dá às suas experiências e à forma como se comporta diante de circunstâncias adversas. Masten e Garnezy (1985) identificam três fatores de proteção que são fundamentais ao desenvolvimento da criança: características da personalidade (autonomia, auto-estima e orientação social positiva); laços afetivos dentro da família (coesão familiar e ausência de conflitos, possibilitando suporte emocional); e disponibilidade de sistemas externos de apoio, que encorajem e reforcem a capacidade da pessoa para lidar com as circunstâncias da vida.

Em relação a esses dois últimos conceitos, devem ser considerados dois aspectos levantados por Luthar e Zelazo (2003): o primeiro, se proteção e vulnerabilidade são opostas dentro de um único *continuum* ou se são qualitativamente diferentes; o segundo, se fatores de proteção (preditores de resiliência) específicos para determinados tipos de riscos são sinônimos de fatores de proteção de competência em geral. Fatores protetivos e de vulnerabilidade freqüentemente representam dois extremos de um único *continuum* (por exemplo, inteligência: um alto nível pode levar à excelência e um baixo nível pode resultar em fracasso acadêmico). Por outro lado, alguns índices podem somente criar excelência no comportamento, mas não desordens (por exemplo, ter talento musical pode ser benéfico para propiciar experiências de sucesso, mas não ter tal talento não implica ser mais vulnerável que a média). Há, ainda, outros índices que podem gerar um efeito curvilíneo, isto é, os benefícios se encontram nos níveis mais moderados (por exemplo, ter baixa auto-estima pode causar mau ajustamento, mas ter níveis excessivamente altos pode causar distúrbios de conduta).

Quanto ao segundo aspecto, está claro que fatores protetivos somente operam como tais em condições específicas de risco. Aparte isso, no entanto, Luthar e Zelazo (2003) supõem também haver uma diferença substancial entre o modo pelo qual uma criança, em condições propícias de desenvolvimento, chega a um bem-estar emocional básico e o modo pelo qual uma criança em situação de risco alcança resultados semelhantes. Ora, se o suporte e a responsividade dos pais já não se dão com facilidade em situações regulares, em situação de risco esses fatores protetivos tendem a reduzir-se significativamente, o que impõe a necessidade de influências adicionais positivas para tornar possível uma criança saudável.

Referências

- BOEKAERTS, M. Coping with stress in childhood and adolescence. In M. Zeidner & N. S. Endler (Eds.), *Handbook of coping* (pp. 452-484). New York: Wiley, 1996.
- BRONFENBRENNER, U. e EVANS, G. Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9, 115-125, 2000.
- BRONFENBRENNER, U. e MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology* (vol.1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons, 1998.
- BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedmann & T. D. Wacks (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp.3-30). Washington, DC: American Psychological Association, 1999.
- COHEN, J. K., MOFFITT, T. E., CASPI, A., e TAYLOR, ALAN. Genetic and environmental process in young children's resilience and vulnerability to socioeconomic deprivation. *Child Development*, 3, 651-668, 2004.
- COWAN, P. A., COWAN, P. C., e SCHULZ, M. S. Thinking about risk and resilience in families. In E. M. Hetherington & E. A. Bleachman (Eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families* (pp.1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.
- DELL'AGLIO, D. *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado Não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.
- HUTZ, C. S., KOLLER, S. H., e BANDEIRA, D. R. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. In S. H. Koller (Ed.), *Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida* (pp.79-86). Porto Alegre: ANPEPP
- JUNQUEIRA, M. F. P. e DESLANDES, S. F. (2003). Resiliência e maus tratos. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 227-235, 1996.
- KALAWSKI, J. P. e HAZ, A. M. Dónde está la resiliencia? Una reflexión conceptual. *Revista Interamericana de Psicología*, 37(2), 365-372, 2003.
- LUTHAR, S. S. e ZIGLER, E. Vulnerability and competence: A review of research on resilience in childhood. *American Orthopsychiatric Association*, 61(1), 6-22, 1991.
- LUTHAR, S. S. Annotation: Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatric*, 34, 441-453, 1993.
- MASTEN, A. S. e GARMEZY, N. Risk, vulnerability, and protective factors in developmental psychopathology. In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (pp. 123-37). Plenum Press, New York, 1985.
- NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 51-64). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PIAGET, J. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. (Original publicado em 1936).
- RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatric*, 147, 598-611, 1985.

- RUTTER, M. Resilience: Some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, 626-631, 1993.
- WERNER, E. E. e SMITH, R. S. *Vulnerable but invincible: A study of resilience children*. New York: McGraw-hill, 1982.
- YUNES, M. A. M. e SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Ed.), *Resiliência e educação* (pp. 13-42). São Paulo: Cortez, 2001.
- YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84, 2003.

Sobre os autores:

- (1) **Ana Olívia de Oliveira Marinho** é Acadêmica de medicina da Universidade Estadual de Pernambuco – UEP. **E-mail:** anaoomarinho@hotmail.com.
- (2) **Túlio Sugette de Aguiar** é Médico formado pela Universidade Federal do Ceará – UFC. **E-mail:** tuliosugette@yahoo.com.br.
- (3) **Juliana de Freitas Vasconcelos** é Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC. **E-mail:** vasconcelosjuh@gmail.com.
- (4) **Raimundo Rodrygo de Sousa Nogueira leite** é Médico formado pela Universidade Federal do Ceará – UFC. **E-mail:** rodrygonogueira@hotmail.com.

Como citar este artigo (Formato ISO):

MARINHO, A.O.; AGUIAR, T.S.; VASCONCELOS, J.F.; LEITE, R.R.S.N. A Resiliência nossa de cada dia: uma revisão da literatura. **Id on Line Revista de Psicologia**, Julho, 2011, vol.1, no.14, p.72-79. ISSN 1981-1189.